

**Gestão 2022-2024**

Procurador-Geral de Justiça  
**Alexandre Magno Benites de Lacerda**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional  
**Paulo César Zeni**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Silvio Cesar Maluf**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Renzo Siufi**  
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça  
**Camila Augusta Calarge Doreto**  
Secretária-Geral do MPMS  
**Bianka Karina Barros da Costa**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão  
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: [caodh@mpms.mp.br](mailto:caodh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2334/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, incisos V e XXVI, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Agregar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça a Procuradora de Justiça Sara Francisco Silva e designá-la para, sem prejuízo de suas atribuições, integrar a Coordenadoria de Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos, na área de Interesses Difusos e Coletivos, a partir de 19.5.2022, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 3140/2021-PGJ, de 20.8.2021.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2321/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 3º Promotor de Justiça de Paranaíba, Leonardo Dumont Palmerston, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da Vara Única da comarca de Terenos no dia 17.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2312/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Érica Rocha Espindola 4 (quatro) dias de compensação nos dias 21 e 22.7.2022 e 15 e 16.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 21 a 28.8.2017, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2310/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos nº 0956612-51.2022.8.12.0001, 0956615-06.2022.8.12.0001 e 0956616-88.2022.8.12.0001, em trâmite perante a 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2322/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o Promotor de Justiça de Bandeirantes, Gustavo Henrique Bertocco de Souza, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da Vara Única da comarca de Terenos no dia 18.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2311/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos nº 0900019-45.2022.8.12.0019, 0900018-60.2022.8.12.0019, 0900017-75.2022.8.12.0019, 0900016-90.2022.8.12.0019, em trâmite perante a 2ª Vara Criminal da comarca de Ponta Porã.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2316/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 3 (três) dias de compensação no período de 8 a 10.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 25.5 a 1º.6.2020 e 8 a 15.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2317/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Hudson Shiguer Kinashi 1 (um) dia de compensação no dia 3.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 5 a 12.7.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2318/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 5 (cinco) dias de férias compensatórias no período de 4 a 8.7.2022, referentes ao recesso forense de 22 a 31.12.1998, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2319/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 5 (cinco) dias de compensação no período de 11 a 15.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 30.3 a 6.4.2020 e 13 a 20.4.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2326/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os membros do Ministério Público Ana Lara Camargo de Castro, Gerson Eduardo de Araújo, Marcos Roberto Dietz, Thalys Franklyn de Souza e Tiago Di Giulio Freire para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nos autos nº 0956651-48.2022.8.12.0001, 0956653-18.2022.8.12.0001, 0956654-03.2022.8.12.0001, 0956655-85.2022.8.12.0001, 0956656-70.2022.8.12.0001, 0956657-55.2022.8.12.0001, 0956658-40.2022.8.12.0001, 0956660-10.2022.8.12.0001, 0956659-25.2022.8.12.0001 e 0956661-92.2022.8.12.0001, em trâmite perante a 6ª Vara Criminal da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2329/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 16.5.2022, as férias regulamentares do Promotor de Justiça Amilcar Araujo Carneiro Junior, concedidas por meio da Portaria nº e-1579/2021-PGJ, de 30.11.2021; e revogar, no dia 16.5.2022, as Portarias nº 1894/2022-PGJ e nº 1895/2022-PGJ, ambas de 26.4.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2320/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 7 (sete) dias de compensação nos dias 14 e 15.6.2022 e no período de 11 a 15.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no dia 19.11.2018 e no período de 27.4 a 4.5.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2330/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Cristiane Barreto Nogueira Rizkallah o apostilamento de seu nome junto aos cadastros deste órgão, em virtude de divórcio, de modo que passe a constar Cristiane Barreto Nogueira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2331/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida pelo Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos dos artigos 79 e 82 da Lei Estadual nº 3.150, de 22.12.2005, conforme o quadro a seguir (PGA nº 09.2022.00001174-6):

CONTRIBUIÇÃO	TEMPO	PERÍODO	CARGO/FUNÇÃO	EMPREGADOR
Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia – BAPREV (RPPS)	1 ano, 5 meses e 6 dias (total de 524 dias)	23.10.2015 9.8.2017	a Subescrivão	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2332/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Rio Negro, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Rio Verde de Mato Grosso nos dias 23 e 24.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2333/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 21ª Zona Eleitoral nos dias 23 e 24.5.2022, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2337/2022-PGJ, DE 19.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
12 (19h01min) a 19.12.2022 (11h59min)	Filomena Aparecida Depolito Fluminhan

- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA ESPECIALIZADA (CEL.: 99288-9278)
12 (19h01min) a 19.12.2022 (11h59min)	Daniella Costa da Silva

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2372/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Alterar a Portaria nº 5435/2021-PGJ, de 15.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao ano de 2022, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
23 (19h01min) a 30.5.2022 (11h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Aline Mendes Franco



- passe a constar:

PERÍODO DE PLANTÃO	ÁREA CÍVEL (CEL.: 98478-2431)
23 (19h01min) a 30.5.2022 (11h59min)	Aline Mendes Franco
29.8 (19h01min) a 5.9.2022 (11h59min)	Lívia Carla Guadanhim Bariani

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2328/2022-PGJ, DE 18.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2161/2022-PGJ, de 10.5.2022, que designou a Promotora de Justiça Angelica de Andrade Arruda para atuar nas audiências da comarca de Pedro Gomes no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2345/2022-PGJ, DE 23.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 38º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 5ª Vara do Juizado Especial Central (1) da referida Comarca no dia 23.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2346/2022-PGJ, DE 23.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira 3 (três) dias de compensação no período de 13 a 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 10 a 12.10.2020 e nos dias 5 e 6.12.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2347/2022-PGJ, DE 23.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 5 (cinco) dias de compensação no período de 4 a 8.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 7 a 14.12.2020 e 25.1 a 1º.2.2021 e nos dias 19.12.2020 e 7.1.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 2348/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Lívia Carla Guadanhim Bariani 5 (cinco) dias de compensação no período de 11 a 15.7.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 17 a 27.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2349/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 6 (seis) dias de compensação no período de 24 a 27.5.2022 e nos dias 14 e 15.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 11 a 18.6.2018, 23 a 30.7.2018 e 27.8 a 3.9.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2350/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 5 (cinco) dias de compensação no período de 12 a 16.12.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos períodos de 25.1 a 1º.2.2021 e 16 a 22.11.2021, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2351/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2224/2022-PGJ, de 16.5.2022, que concedeu à Promotora de Justiça Talita Zoccolaro Papa Muritiba 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 8.12.2021, que seria usufruído no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 2352/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2208/2022-PGJ, de 13.5.2022, que designou a Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca para responder pela 1ª Promotoria de Justiça de Miranda no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2353/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 2209/2022-PGJ, de 13.5.2022, que indicou ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Cínthia Giselle Gonçalves Latorraca para atuar perante a 15ª Zona Eleitoral no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2354/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Rio Brilhante, Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Nova Alvorada do Sul no dia 20.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2355/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Rio Negro, Juliana Pellegrino Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Água Clara no dia 18.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2356/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 2º Promotor de Justiça de Amambai, Michel Maesano Mancuelho, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Água Clara, no julgamento do Processo nº 0550121-47.2002.8.12.0049, no dia 30.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2357/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de São Gabriel do Oeste, Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Cassilândia no dia 19.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2363/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 1 (um) dia de compensação no dia 3.6.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 8 a 15.6.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-517/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fabricio Proença de Azambuja, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	18 a 27.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2364/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Matheus Carim Bucker 2 (dois) dias de compensação nos dias 23 e 24.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada nos dias 14 e 15.5.2022, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2365/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Tornar sem efeito a Portaria nº 4428/2021-PGJ, de 10.11.2021, que concedeu ao Promotor de Justiça Anthony Allison Brandão Santos 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 4 a 7.9.2021 e nos dias 6 e 7.11.2021, que seriam usufruídos no período de 13 a 15.6.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-518/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Fernando Jorge Manvailer Esgaib, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2366/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Alex Vera de Oliveira 1 (um) dia de compensação no dia 27.5.2022, pelo exercício da atividade ministerial em plantão realizada no período de 9 a 16.7.2018, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015; e tornar sem efeito a Portaria nº 2223/2022-PGJ, de 16.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2367/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 59º Promotor de Justiça de Campo Grande, Eduardo Franco Cândia, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 24ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 23.5.2022, durante o afastamento da Promotora de Justiça Tathiana Correa Pereira da Silva; e revogar, a partir da mesma data, a Portaria nº 2282/2022-PGJ, de 16.5.2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2368/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar, a partir de 23.5.2022, a Portaria nº 1191/2016-PGJ, de 29.4.2016, que designou o Promotor de Justiça Eduardo Franco Cândia para responder pela 67ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2369/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Incluir na Portaria nº 5375/2021-PGJ, de 13.12.2021, que estabeleceu a Escala de Plantão do Apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, dos Núcleos de Centro de Apoio Operacional e do Gabinete do PGJ, integrada pelos Promotores de Justiça designados para a Assessoria Especial, o Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação, os Núcleos de Centro de Apoio Operacional, a Secretaria-Geral e a Chefia de Gabinete do PGJ, referente ao 1º semestre de 2022, as seguintes informações:

PERÍODO DE PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
23 (19h01min) a 30.5.2022 (11h59min)	Ana Cristina Carneiro Dias	98478-2388

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2308/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 16.5.2022, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Yarima Alderete, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2323/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 23.5.2022, do cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a servidora Oksana Tamiris Cançado de Oliveira, nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2324/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Nomear Letícia Pereira Bezerra para exercer o cargo em comissão de Assessora Jurídica, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6 de dezembro de 2011, na 1ª Promotoria de Justiça de Ponta Porã, decorrente da exoneração de Oksana Tamiris Cançado de Oliveira.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-510/2022/PJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Ana Rachel Borges de Figueiredo Nina, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2288/2022-PGJ, DE 17.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00003495-0, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2289/2022-PGJ, DE 17.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 59/PJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Jair Junqueira da Cunha, Técnico II; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.00003687-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2290/2022-PGJ, DE 17.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 22/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Frederick Castellani Viacek, Chefe do Departamento de Sistemas de Informação; 3.1) Suplente – Daniel Rodrigues Duarte, Chefe da Divisão de Desenvolvimento (PGA nº 09.2022.00002615-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-513/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Andre Luiz de Godoy Marques, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2291/2022-PGJ, DE 17.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 46/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 3) Fiscal Técnico – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura; 3.1) Suplente – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I (PGA nº 09.2022.00003294-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2292/2022-PGJ, DE 17.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 69/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00003758-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2309/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do convênio decorrente do Processo nº 09.2022.00003968-9, conforme segue: 1) Gestor – Wellington Gradella Marthos, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; 1.1) Suplente – Christiane de Oliveira Landgraf Pinto, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas; 2) Fiscal – Greyce Kelly Gomes Santiago, Técnica I; 2.1) Suplente – Augusto Aparecido Ribeiro Colato, Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-514/2022/PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Cíntia Giselle Gonçalves Latorraca, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	1 a 10.7.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2325/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 72/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Ezequiel Joaquim da Costa, Técnico I; 3.1) Suplente – Megaron Molossi, Analista/Arquitetura (PGA nº 09.2022.00003861-3).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2336/2022-PGJ, DE 18.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 14/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestor – Diogo Banzer da Motta, Chefe de Departamento do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação; 1.1) Suplente – Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, Técnica II; 2) Fiscal Administrativa – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 2.1) Suplente – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 3) Fiscal Técnico – Marcelo Mendes do Amaral, Assessor de Inteligência; 3.1) Suplente – Bruno de Abreu Cáceres, Assessor de Inteligência (PGA nº 09.2021.00007221-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 2358/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 62/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Nádia de Moura Mattos Motta, Diretora da Secretaria de Administração; 1.1) Suplente – Fabiano Alves Davy, Analista/Administração; 2) Fiscal Administrativo – Elvys Tomas Bernal, Técnico I; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Requisitante – Carlos Cesar de Araujo Junior, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Elvey Tessaro Andrade, Analista/Engenharia Elétrica (PGA nº 09.2022.00004869-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-523/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Lia Paim Lima, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	3 a 12.10.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2370/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestoras e fiscais do Contrato nº 68/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Carolina Pontes Andreussi, Analista/Direito; 1.1) Suplente – Angela Rezende do Amarante, Chefe do Núcleo de Controle e Análise de Processos Administrativos; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais; 3) Fiscal Técnico – Phelipe Alves de Oliveira, Analista/Engenharia Civil; 3.1) Suplente – Daniel Piatti, Analista/Engenharia (PGA nº 09.2022.00003799-1).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-524/2022/PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a conversão em abono pecuniário de um terço das férias ao(à) Promotor(a) de Justiça Matheus Carim Buckner, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO	MODALIDADE	ADICIONAL DE FÉRIAS
2021/2022	10	22 a 31.8.2022	ABONO	NÃO

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2371/2022-PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 66/PGJ/2022, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora – Adriana Cristina Dias Gomes Spagnol, Chefe do Núcleo de Controle de Bens Permanentes; 1.1) Suplente – Elias Vitorino Filho, Auxiliar; 2) Fiscal Administrativa – Vivian Severino da Silva Ribeiro, Chefe da Divisão de Almoxarifado; 2.1) Suplente – Rosinei Escobar Xavier, Técnica I; 3) Fiscal Técnico – Angelo Maia Marcelo Pirani, Chefe do Departamento de Infraestrutura e Tecnologia; 3.1) Suplente – Luiz Fernando Barros de Oliveira dos Anjos, Chefe da Divisão de Suporte de Redes; 4) Fiscal Requisitante – Diogo Banzer da Motta, Chefe do Departamento do Centro de Pesquisa, Análise, Difusão e Segurança da Informação; 4.1) Suplente – Fernanda Tabarin Vieira Okamoto, Técnica II (PGA nº 09.2022.00003773-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº e-525/2022 - PGJ, DE 23.5.2022**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao(à) Promotor(a) de Justiça Ricardo de Melo Alves 7 (sete) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 16 a 22.5.2022, nos termos dos artigos 139, inciso II, e 150, parágrafo único, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça



## COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

### RESOLUÇÃO Nº 5/2022-CPJ, DE 23 DE MAIO DE 2022.

*Dispõe sobre a eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e da indicação do Corregedor -Geral substituto do Ministério Público e dá outras providências.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso da atribuição legal conferida pelo artigo 17, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

RESOLVE:

#### CAPÍTULO I

##### Disposições Gerais

**Art. 1º** A eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público realizar-se-á na primeira quinzena do mês que anteceder o término do mandato.

§ 1º A votação ocorrerá em reunião extraordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, convocada especialmente para eleição.

§ 2º Somente poderão concorrer os integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça.

#### CAPÍTULO II

##### Da Comissão Eleitoral

**Art. 2º** O processo eleitoral, desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado da votação, será conduzido por uma comissão composta pelos 4 (quatro) membros mais antigos do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser presidida pelo mais antigo no cargo, excluídos os que antecipadamente manifestarem interesse em concorrer à eleição.

**Parágrafo único.** Na sessão de votação, se não presentes todos os membros da Comissão, será substituído o ausente pelo próximo membro mais antigo do Colégio de Procuradores de Justiça entre os presentes.

**Art. 3º** A designação dos membros titulares da Comissão Eleitoral será feita pelo Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça, a ser realizada na data de abertura das inscrições.

#### CAPÍTULO III

##### Das Inelegibilidades

**Art. 4º** É inelegível para concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público o Procurador de Justiça que:

**I** – houver sido condenado por crime doloso ou por ato de improbidade administrativa, com decisão transitada em julgado, enquanto perdurarem seus efeitos;

**II** – tiver sofrido pena disciplinar, desde que não reabilitado;

**III** – estiver exercendo mandato do Conselho Nacional do Ministério Público ou do Conselho Nacional de Justiça;

**IV** – estiver inscrito ou integrando as listas a que referem os artigos 94, *caput*, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;

**V** – exerça ou tenha exercido o cargo de Procurador-Geral de Justiça nos 2 (dois) anos anteriores ao término do mandato do Corregedor-Geral do Ministério Público;

**VI** – se encontre afastado da carreira, salvo se reassumir suas funções até 180 (cento e oitenta) dias da data prevista para o término do mandato do Corregedor-Geral do Ministério Público.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Inscrição



**Art. 5º** Somente poderá concorrer às eleições para Corregedor-Geral do Ministério Público o Procurador de Justiça que se inscrever como candidato ao cargo mediante requerimento dirigido ao Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 1º Em até 10 (dez) dias antes da realização do pleito, o Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça mandará publicar aviso no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP, comunicando aos Procuradores de Justiça em atividade que, pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da publicação daquele aviso, estarão abertas as inscrições para aqueles que desejarem concorrer ao pleito.

§ 2º O requerimento de inscrição deverá ser apresentado à Divisão de Protocolo-Geral e Arquivo, no Edifício-Sede da Procuradoria-Geral de Justiça, a partir da data de abertura da inscrição, durante o horário normal de expediente para o período.

**Art. 6º** No dia seguinte ao término do prazo para as inscrições, o Presidente da Comissão Eleitoral fará publicar no Diário Oficial do Ministério Público – DOMP a relação dos candidatos habilitados e daqueles cujo pedido de inscrição tenha sido indeferido.

**Parágrafo único.** Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da publicação, cabendo dessa decisão recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça no prazo de 2 (dois) dias.

## CAPÍTULO V

### Do Processo de Votação

#### SEÇÃO I

##### Das normas gerais

**Art. 7º** A eleição de que cuida esta resolução dar-se-á por meio eletrônico, por canal de acesso restrito e seguro, pelo sítio eletrônico oficial da instituição, observando-se, no que couber, as disposições contidas na Resolução nº 0010/2018-CPJ, de 19 de novembro de 2018, que trata o Sistema de Eleição Eletrônica do MPMS.

§ 1º A definição da eleição pelo sistema eletrônico não impede sua realização pelo sistema convencional, caso a Comissão Eleitoral constate a ocorrência de incidente técnico.

§ 2º Caso seja adotado o sistema convencional de voto físico, nos termos do § 2º, o voto será recolhido mediante cédula confeccionada em papel branco e opaco, com timbre e os dizeres "MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL" – e conterá os nomes dos Procuradores de Justiça, em efetivo exercício, que concorrem ao pleito, em ordem alfabética, tendo no seu lado esquerdo um pequeno quadrilátero, onde o votante colocará um X no nome do candidato de sua preferência.

**Art. 8º** A cédula de votação eletrônica conterá os nomes dos candidatos habilitados, dispostos em ordem alfabética.

#### SEÇÃO II

##### Do Voto

**Art. 9º** O voto será uninominal, secreto e pessoal para todos os membros do Colégio de Procuradores de Justiça.

**Parágrafo único.** É proibido o voto por procurador ou via postal.

#### SEÇÃO III

##### Da apuração

**Art. 10** Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral procederá à apuração dos sufrágios e proclamará o resultado da votação.

**Parágrafo único.** Uma vez iniciada, a apuração se estenderá, sem interrupção, pelo período que for necessário até a proclamação do resultado.

**Art. 11.** Caso seja adotado o processo convencional de voto físico, o processo de apuração se iniciará pela contagem dos votos depositados na urna, a fim de que se verifique a coincidência do respectivo número de cédulas com o número de votantes.



**Parágrafo único.** Serão considerados nulos os votos cuja cédula contenha anotação ou sinal que possa identificar o eleitor e/ou a assinalação de mais de um nome.

#### SEÇÃO IV

##### Da proclamação do resultado

**Art. 12.** A comissão, após a apuração, proclamará o resultado da eleição, lavrando-se ata circunstanciada.

**Parágrafo único.** Em caso de empate será incluído, sucessivamente, o candidato mais antigo no cargo, o mais antigo na carreira e o mais idoso.

**Art. 13.** O Corregedor-Geral do Ministério Público tomará posse e entrará em exercício em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no primeiro dia útil seguinte ao término do mandato de seu antecessor.

#### CAPÍTULO VI

##### Da Indicação do Corregedor-Geral Substituto

**Art. 14.** O Corregedor-Geral do Ministério Público indicará um Procurador de Justiça para as funções de Corregedor-Geral Substituto ao Procurador-Geral de Justiça, que o designará, no prazo de 5 (cinco) dias e, não o fazendo, caberá ao Colégio de Procuradores de Justiça promover a nomeação, no mesmo prazo, salvo se houver impedimento legal.

#### CAPÍTULO VII

##### Das Disposições Finais

**Art. 15.** Os casos omissos serão resolvidos pelo plenário do Colégio de Procuradores de Justiça.

**Art. 16.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 3/2012-CPJ, de 31 de maio de 2012.

Campo Grande, 23 de maio de 2022.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

## GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

### AVISO Nº 37/2022-GED

### XXIII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a **RELAÇÃO** dos candidatos de nível de pós-graduação aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022/CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, que manifestaram interesse em exercer estágio **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, na **comarca de Bandeirantes**, em atenção ao Aviso nº 36/2022-GED, publicado no DOMP nº 2.667, de 17 de maio de 2022.

CANDIDATO(A)	LISTA DE ORIGEM	CLASSIFICAÇÃO GERAL
RICHARD GABRIEL ABRANTES DE CARES	Brasília	320
EDUARDO DE FREITAS PIRES	Terenos	573

Campo Grande, 23 de maio de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**AVISO Nº 38/2022-GED****XXIV PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de pós-graduação em Direito** aprovados no XXIV Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2022-CPS-XXIVPSE-MPMS, de 27 de abril de 2022, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.654, de 28 de abril de 2022, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2021-XXIVPSE, no Capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, itens 3 e 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, seu interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – **ged@mpms.mp.br** – **ENTRE OS DIAS 30/05/2022 e 03/06/2022, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2021-XXIVPSE-MPMS, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2021, PUBLICADO NO DOMP Nº 2.570, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTE AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O *E-MAIL* DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (PÓS-GRADUAÇÃO).

**1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO****1.1 COMARCA DE ANGÉLICA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Stefan Dudas, 565, Imperial, Angélica.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
CAMILA DOS ANJOS SOUZA	3ª	

**1.2 COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida dos Estudantes, 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
HORTÊNCIA JAQUELINE BARBOSA	1ª	

**1.3 COMARCA DE AQUIDAUANA**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Luiz da Costa Gomes, 544, Vila Cidade Nova, Aquidauana.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ANA CARLA SILVA OLIVEIRA	2ª	

**1.4 COMARCA DE BANDEIRANTES**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Francisco Antônio de Souza, 1460, Centro, Bandeirantes.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
RICHARD GABRIEL ABRANTES DE CARES	1ª	

**1.5 COMARCA DE CAARAPÓ**

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Avenida D. Pedro II, 1730, Vila Planalto, Caarapó.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GUILHERME HENRIQUE LIMA MARQUES	1ª	



### 1.6 COMARCA DE CAMPO GRANDE

**LOCAL:** Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NATHALIA MAYUMI SANDIM SHIROMA (N)		11ª
JULLIA DOS SANTOS STAUB	19ª	
ANDRÉ SEIJI NISHIMURA YOSHIMOTO	20ª	
ALINE BATISTA GOMES (N)		12ª
ALINE DA SILVA E SILVA	21ª	
FLÁVIA FERREIRA FERNANDES LIMA	22ª	
THAIS DE FREITAS DO NASCIMENTO E SILVA (N)		13ª
LAÍSA MARQUES DE SENA	23ª	
JESSICA CAROLINE BARDELLA NASCIMENTO	24ª	

\* Legendas: (N) – Negro; (PD) -Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

### 1.7 COMARCA DE CORUMBÁ

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua América, 1880, Centro, Corumbá

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MAYRA DENIZ RIOS	1ª	

### 1.8 COMARCA DE COSTA RICA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Domingos Augusto Coelho, 204, Santos Dumont, Costa Rica.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MARIANA GALEAZZI DE MORAES	1ª	

### 1.9 COMARCA DE DOURADOS

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NAYARA PAULA DE ALMEIDA (N)		1ª
LUCAS ROBERTO FARIAS DE SOUZA	3ª	
IZABELI ARAUJO OLIVETTE	4ª	

\* Legendas: (N) – Negro; (PD) -Pessoa com Deficiência; (I) – Indígena;

\*\* Vagas destinadas aos candidatos cotistas conforme previsão do Edital n. 1/2021-XXIVPSE-MPMS (Item VI).

### 1.10 COMARCA DE IVINHEMA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Praça Dos Poderes, 900, Vitória, Ivinhema.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ERISON RICKELME SANTOS FREITAS ARGUELHO	2ª	

### 1.11 COMARCA DE MARACAJU

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Appa, 141, Centro, Maracaju.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
ISABELA BARBOSA SANCHES NETTO	1ª	

### 1.12 COMARCA DE MIRANDA

**LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, Miranda.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
NAYANE APARECIDA BATISTA	2ª	



**1.13 COMARCA DE NOVA ANDRADINA****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
GUILHERME AUGUSTO CARDOSO DA SILVA	1ª	

**1.14 COMARCA DE PONTA PORÃ****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua Baltazar Saldanha, 1613, Da Saudade, Ponta Porã.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
SARA ANTONIA AMARILLA SARACHO	1ª	

**1.15 COMARCA DE PORTO MURTINHO****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua 3 de junho, 90, Centro, Sonora.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
RAFAELA SCHUINDT DE OLIVEIRA	1ª	

**1.16 COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua 3 de junho, 90, Centro, Sonora.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
PATRICK CAMPOS TORRES DE OLIVEIRA	1ª	

**1.17 COMARCA DE SONORA****LOCAL:** Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua 3 de junho, 90, Centro, Sonora.

CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO GERAL	CLASSIFICAÇÃO RESERVA DE COTAS
MYLENA LUDMILA MENZINGER CERVIERI	1ª	

**2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO****2.1.** Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior/pós-graduação deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF;
1 (uma) foto 3x4, recente e colorida;
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico;
Certidão de inexistência de antecedentes criminais das localidades onde o candidato houver residido nos últimos 5 (cinco) anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual, e pelas Polícias Federal e Estadual;
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ e no art. 19 da Resolução CNMP nº 42 (modelo disponível no Portal do MPMS – link Estagiários);
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link “Estagiários”</a> , aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link “Estagiários”</a> , aba “Formulários”;
Comprovante de conta corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, <a href="#">link “Estagiários”</a> , aba “Formulários”;
Fotocópia legível do diploma de nível superior/graduação ou certificado de conclusão de curso, ficando, neste último caso, pendente a entrega do diploma após sua efetiva emissão pela instituição de ensino;
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o MPMS, em curso de pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado), desenvolvido em uma das áreas de conhecimento especificadas, constando as seguintes informações: início e término do curso e carga horária total (não será aceito documento que não contenha todas as informações);



**REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO E DA DOCUMENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO:** [ged@mpms.mp.br](mailto:ged@mpms.mp.br). AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2558 E (67) 99300-4489 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 23 de maio de 2022.

CLARISSA CARLOTTO TORRES  
Promotora de Justiça  
Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

## COORDENADORIA DE LICITAÇÕES

### AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2022**

**PROCESSO Nº PGJ 10/1705/2021**

**UASG 453860**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça** comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

**Modalidade:** Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2022 (Processo nº PGJ 10/1705/2021).

**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (açucareiro, bandeja, chaleira, copo de vidro etc.), visando atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS).

**-Abertura das propostas:** dia 07 de junho de 2022, às 14 horas (horário de Brasília/DF).

- Local: [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/)

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

**Retirada do Edital:** a partir de 24 de maio de 2022, por meio dos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras/](http://www.gov.br/compras/) ou [www.mpms.mp.br/licitacao/pregao](http://www.mpms.mp.br/licitacao/pregao) ou ainda na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça (Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214 - Jardim Veraneio - Campo Grande - MS), das 13 horas às 17h59min (horário oficial de Brasília).

**Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do MP/MS, em 18/05/2022:**

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;
- Equipe de Apoio: Luiz Fernando Koyanagi e Josiane Sanches de Mamann Zillo;
- Suplente do Pregoeiro: Cleber do Nascimento Gimenez;
- Suplente da Equipe de Apoio: Gladys Esmelda Barrios Amarilha e Emerval Carmona Gomes;
- Fiscalização Contratual: Secretaria de Administração/PGJ e Departamento de Material e Patrimônio/PGJ.

Campo Grande, 23 de maio de 2022.

BIANKA KARINA BARROS DA COSTA  
Promotora de Justiça e Secretária-Geral do MP/MS  
Ordenadora de Despesa

## SECRETARIA DE FINANÇAS

## PORTARIA Nº 2373/2022-PGJ, DE 23.5.2022

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

## R E S O L V E :

Tornar público, conforme Anexo desta Portaria, o Relatório de Gestão Fiscal da Procuradoria-Geral de Justiça, referente ao primeiro quadrimestre de 2022, nos termos da alínea “a” do inciso I do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

## MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL - PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

## RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

## 1º QUADRIMESTRE DE 2022

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	SET/21	OUT/21	NOV/21	DEZ/21	JAN/22	FEV/22	MAR/22	ABR/22	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	(k)	(l)	(m)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	24.017.515,49	24.145.079,59	26.948.766,43	24.660.408,45	24.320.938,46	24.410.113,68	24.160.218,10	47.972.917,37	25.242.054,84	25.514.275,67	24.437.520,87	24.578.825,85	320.408.634,80	0,00
Pessoal Ativo	19.567.427,23	19.927.336,57	22.735.978,88	20.450.360,19	20.112.259,84	20.103.896,95	19.852.524,69	39.530.201,83	20.671.780,27	21.197.490,40	20.060.553,60	20.220.298,92	264.430.109,36	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	16.174.331,32	16.544.886,96	19.350.974,76	17.071.834,93	16.731.121,09	16.736.977,73	16.444.363,33	32.791.735,21	17.336.961,91	17.875.852,72	16.735.713,09	16.858.952,91	220.653.705,96	0,00
Obrigações Patronais	3.393.095,90	3.382.449,61	3.385.004,12	3.378.525,26	3.381.138,75	3.366.919,22	3.408.161,36	6.738.466,62	3.334.818,36	3.321.637,68	3.324.840,51	3.361.346,01	43.776.403,40	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.450.088,27	4.217.743,02	4.212.787,55	4.210.048,26	4.208.678,62	4.306.216,73	4.307.693,41	8.442.715,54	4.570.274,57	4.316.785,27	4.376.967,27	4.358.526,93	55.978.525,44	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.184.710,31	3.168.037,51	3.168.037,51	3.168.037,51	3.168.037,51	3.184.156,81	3.239.424,64	6.318.381,41	3.170.824,01	3.157.570,74	3.132.643,43	3.132.643,43	41.192.504,82	0,00
Pensões	1.265.377,96	1.049.705,51	1.044.750,04	1.042.010,75	1.040.641,11	1.122.059,92	1.068.268,77	2.124.334,13	1.399.450,56	1.159.214,53	1.244.323,84	1.225.883,50	14.786.020,62	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (8 1º do art. 19 da LRF)	4.760.236,67	4.573.757,80	5.380.983,45	5.253.079,69	5.034.016,71	5.081.644,58	5.083.121,26	10.784.270,03	6.264.216,67	6.320.436,52	5.401.051,28	5.203.524,08	69.140.337,74	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	310.148,40	356.014,78	1.168.194,90	1.043.031,43	825.338,09	775.427,85	775.427,85	2.341.554,49	1.693.942,10	2.003.651,25	1.024.084,01	844.997,15	13.161.812,30	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	4.450.088,27	4.217.743,02	4.212.787,55	4.210.048,26	4.208.678,62	4.306.216,73	4.307.693,41	8.442.715,54	4.570.274,57	4.316.785,27	4.376.967,27	4.358.526,93	55.978.525,44	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.257.278,82	19.571.321,79	21.567.783,98	19.407.328,76	19.286.921,75	19.328.469,10	19.077.096,84	37.188.647,34	18.977.838,17	19.193.839,15	19.036.469,59	19.375.301,77	251.268.297,06	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
a) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)													16.675.312.079,73	
b) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													6.924.249,00	-
c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)													12.000.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													16.656.387.830,73	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)													251.268.297,06	1,51%
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)													333.127.756,61	2,00%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													316.471.368,78	1,90%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)													299.814.980,96	1,80%

FONTE: Sistema SPF - Sistema de Planejamento e Finanças, em 11.5.22

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Tabela 1.1

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
<Exercício em que o ente excedeu o limite>			<Exercício do primeiro período seguinte>			<Exercício do segundo período seguinte>		
<Quadrimestre/Semestre>			<Primeiro período seguinte>			<Segundo período seguinte>		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
2,00%	1,51%							

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Marco Aurélio de Sá Baptista  
Chefe do Deptº. de Contabilidade  
Contador CRC/MS 6688/O-2

Natascha Junko Sakamoto Costa  
Chefe do Depto. de Auditoria Interna

Alexandre Magno Benites de Lacerda  
Procurador-Geral de Justiça

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2022NE002184 DE 19.05.2022 DO PROCESSO 09.2022.00004738-9**

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Planed Comércio e Serviços Eireli.

Licitação: Ata de Registro de Preços 36/PGJ/2021 - Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Objeto: Aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 6.090,00 (seis mil e noventa reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2022NE002184 de 19.05.2022.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993.

**EXTRATO DE NOTIFICAÇÃO**

Processo nº PGJ/10/1959/2021

Notificada: FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRÔNICOS LTDA

FRIOLAR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETROELETRÔNICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 36.850.598/0001-55, Inscrição Estadual nº 13.809.975-8, com sede na Rua Trinta e três (Lot S Cruz II), nº 32, Quadra 78, Bairro Santa Cruz, na cidade de Cuiabá/MT, CEP 78.077-015, neste ato representada pelo Sr. Luiz Carlos Machado, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 05.XXX.XX9 SJ/MT e do CPF/MF nº 318.XXX.XXX-68, fica notificada da aplicação da penalidade de impedimento de licitar e contratar com o Estado de Mato Grosso do Sul, bem como do descredenciamento no SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, a contar de 13.05.2022, nos termos do artigo 7º, da Lei Federal nº 10.520/2002. A empresa poderá oferecer recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da publicação, conforme artigo 109, inciso I, alínea “f”, da Lei Federal nº 8.666/1993. O processo administrativo encontra-se à disposição da empresa ou do procurador devidamente constituído para vistas na Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, com sede na Procuradoria-Geral de Justiça, Rua Presidente Manuel de Campos Salles, nº 214, Bairro Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, telefone (67) 3318-3918, no horário de expediente das 12h às 19h. Os autos terão continuidade independentemente do comparecimento ou manifestação da empresa com as garantias constitucionais. Nada mais.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 41 A 43).****REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **WANDA MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada por **Quesia Dourado Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:



LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	8	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agratto.	Unidade	40	2.630,00
	9	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 12.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	78,00
	10	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	600,00
	11	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 12.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	25	650,00
	12	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	20	480,00
	13	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	65,00
6	14	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	75,00
	36	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 30.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A, B ou C. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Agratto.	Unidade	5	5.990,00
	37	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 30.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	20	100,00
	38	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	800,00
	39	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>hi-wall</i> , função refrigeração, com capacidade de 30.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	850,00
40	40	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12	Unidade	5	400,00



		l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.			
	41	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	25	65,00
	42	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	75,00
9	57	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade mínima: 54.000 a 58.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Komeco.	Unidade	5	14.950,00
	58	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 54.000 a 58.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	35	200,00
	59	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.450,00
	60	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 54.000 a 58.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	5	1.550,00
	61	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Vix.	Unidade	5	490,00
	62	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	65,00
	63	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	75,00
12	76	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.	Unidade	30	647,00
13	77	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S.	Unidade	30	696,00





		Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Marca: Vix.			
--	--	---	--	--	--

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 25 A 26) E NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 49 A 50).**

**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RL DE OLIVEIRA E CIA LTDA**, representada por **Rafael Leites de Oliveira**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12) Granelli Fino. Referência de cor: Ibratin, - granelli leeds mínimo. Balde 30 Kg. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	900	172,99
	2	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12). Referência de cor: Ibratin granelli Fino- leeds claro. Balde 30 Kg. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	300	172,99
	3	Revestimento texturizado à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Permalit Nobre 222 (malha 12). Referência de cor: Ibratin - granelli fino leeds cheio. Balde de 30 Kg. Marca de referência: Ibratin e Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	100	172,99
	4	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin leeds mínimo. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	100	123,88
	5	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin - leeds claro. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	35	123,88





	6	Selador acrílico - selador pigmentado para revestimentos texturados em exteriores e interiores, a base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Referência de cor: Ibratin - leeds cheio. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	15	123,88
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de novembro de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 26 A 27) E NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINA 51).**

**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **MAILTON DOS SANTOS ORUE**, representada por **Mailton dos Santos Orue**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
3	8	Massa acrílica niveladora. Massa niveladora à base de emulsão acrílica estirenada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e aditivos minerais. uso externo e interno, conforme NBR 15.348/06. Lata com contendo entre 25 a 30 KG. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	600	120,00
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e	Unidade	100	Não registrado



		carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvnil. Marca: Não registrado.			
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvnil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 9 de novembro de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 27 E 28) E NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 51 A 52).**

**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **RR NOGUEIRA SOLUÇÕES EM NEGÓCIOS LTDA**, representada por **Renato Aparecido da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvnil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
4	9	Rolo de lã especial antirrespingo, acabamento em sintético / microfibras, para tinta látex e acrílica tamanho 15 cm, altura da lã de 9 mm a 13 mm. Marca de referência: Tigre, Roloflex, Atlas e Castor. Marca: Atlas.	Unidade	500	11,50
5	10	Rolo de lã especial antirrespingo, acabamento em sintético / microfibras, para tinta látex e acrílica tamanho 23 cm, altura da lã de 9 mm a 13 mm. Marca de referência: Tigre, Roloflex, Atlas e Castor. Marca: Tigre.	Unidade	500	13,33
7	12	Desempenadeira de aço lisa, em chapa de aço de 0,6 mm, com tratamento galvanizado, cabo aberto de madeira em formato anatômico e base com mínimo de 2 rebites por solda eletrônica, tamanho entre 25 cm x 12 cm a 30 cm x 12 cm. Marca de referência: Castor, Tigre, Atlas. Marca: Atlas.	Unidade	50	19,99
11	16	Zarcão: fundo para sintético de secagem ao ar, à base de resinas alquídicas modificadas, pigmentos orgânicos e inorgânicos, hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos, secantes organo-metálicos e cargas minerais. cor laranja. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Eucatex, Coral, Suvnil. Marca: Eucatex.	Unidade	500	78,81
12	17	Escova manual, cabo de madeira, cerdas metálicas de comprimento 25,5 mm, separadas em 4 fileiras de arame de aço especial temperado. Marca: Compel.	Unidade	30	5,60



14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 10 de novembro de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINA 28) E NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 52 A 53).**

**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **AATIVA COMÉRCIO DE TINTAS EIRELI**, representada por **Jefferson de Souza Barbosa**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
6	11	Suporte para rolo de pintura de 23 cm, cabo plástico, base em aço galvanizado, diâmetro do arame da alma do suporte 5,5mm. Marca: Atlas.	Unidade	50	6,45
13	18	Lixa tipo folha, medidas 225 mm x 275 mm, uso metal, 150 grãos de óxido de alumínio, costado em tecido. Marca: 3M.	Unidade	150	1,70
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 16 de novembro de 2021.



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/PGJ/2021 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.558 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021 (PÁGINAS 29 A 30) E NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 53 A 54).**

**REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/1633/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **PLANED COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Marcos Proença Júnior**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 21/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços a eventual aquisição de materiais de pintura predial, para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	7	Fundo preparador - selador incolor, à base de resina acrílica em solução, solvente alifático e microbicida, com princípio ativo isotiasolona. Balde de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	150	Não registrado
8	13	Esmalte base d'água, acabamento: acetinado, cor: preto, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	300	121,80
9	14	Esmalte base d'água, acabamento: acetinado, cor: branco neve, tinta esmalte à base de emulsão acrílica modificada, minerais inertes, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos étoxilados e carboxilados, pigmentos isentos de metais pesados. conforme item 4.2.3 da NBR 11.702/92. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Galão	200	121,80
10	15	Composto microbicida anti-mofo de secagem e ação rápida para sanitização e proteção de superfícies. Aplicação: prevenção da proliferação de bactérias e eliminação de fungos, algas e mofo. Composição cloridratos, fungicidas, biocidas, aditivos e água. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Sherwin-Williams. Marca: Ibratin.	Galão	50	57,71
14	19	Tinta para pintura de pisos cimentados, cor cinza concreto, aplicação exterior e interior, à base de emulsão acrílica estirenada, abrasivos PU, minerais inertes, pigmentos, hidrocarbonetos alifáticos, glicóis e tensoativos etoxilados e carboxilados. Rendimento mínimo de 70 m² por balde 18 litros com 2 demãos. Lata de 18 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	100	Não registrado
15	20	Tinta para demarcação de piso, cor azul, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184, retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	50	71,00
16	21	Tinta para demarcação de piso, cor branca, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT 12.935, NBR 15.438 e NBR 16.184, retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	50	71,05
17	22	Tinta para demarcação de piso, cor amarela, tinta acrílica estirenada à base de solvente, para sinalização horizontal de rodovias e vias urbanas, conforme ABNT NBR 12.935, NBR	Unidade	50	71,05



		15.438 e NBR 16.184. retrorrefletiva. Galão de 3,6 Litros. Marca de referência: Ibratin, Coral, Suvinil. Marca: Ibratin.			
18	23	Tinta acrílica de alto desempenho, para ambientes internos e externos, resistente a limpeza (lavável), acabamento fosco ou fosco suave cor branco gelo, sem cheiro e antimanchas. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Sherwin-Williams, Coral e Suvinil. Marca: Não registrado.	Unidade	500	Não registrado
19	24	Tinta acrílica à base de água, para uso interno, sem cheiro, acabamento fosco cor branco neve. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral Suvinil. Marca: Ibratin.	Unidade	200	166,75
20	25	Tinta acrílica standard, para uso externo e interno, à base de emulsão estirenada com acabamento fosco na cor branco neve, minerais inertes, glicóis, aditivos minerais e pigmentos isentos de metais pesados. Lata de 18 litros. Marca de referência: Ibratin, Coral e Suvinil. Marca: Ibratin.	Lata	100	263,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 11 de novembro de 2021.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 35 A 39).  
REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **LLIMA ENGENHARIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Luís Moreira de Lima**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: TCL 9000 BTUS INVERTER 220V FRIO.	Unidade	30	2.000,00
	2	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 9.000 Btu's, com isolamento térmico.	Metro	180	76,90
	3	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	25	490,00

	4	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 9.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	595,00
	5	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	20	699,00
	6	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
	7	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	28,90
5	29	Aparelho condicionador de ar, tipo bi <i>split hi-wall inverter</i> , composto por três unidades distintas, 1 condensadora (externa) e 2 evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h ou superior (2 x 12.000 btu's); comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Obs.: A capacidade da condensadora poderá ser superior a 24.000 B'tus, desde que atenda a capacidade de 12.000 Btu's solicitado para cada evaporadora. Marca: Springer/Midea dual inverter 27000 BTUS + 2 EVAP. 12000 BTUS.	Unidade	4	10.400,00
	30	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo bi <i>split</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	80	235,00
	31	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	4	1.500,00
	32	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo bi <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	4	2.000,00
	33	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Mini Orange.	Unidade	4	749,00
	34	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	65,00
	35	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	80	75,00



7	43	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 35.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS piso teto inverter 220v frio.	Unidade	6	11.000,00
	44	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 35.000 a 36.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	60	115,00
	45	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	999,00
	46	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 35.000 a 36.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.399,00
	47	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange	Unidade	5	750,00
	48	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	40	30,00
8	49	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	30,00
	50	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>inverter</i> piso/teto, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 46.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Piso Teto Inverter 220v Frio.	Unidade	5	14.000,00
	51	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>split</i> 46.000 a 48.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	35	140,00
	52	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	5	1.100,00
8	53	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 46.000 a 48.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	5	1.540,00



	54	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 35 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 60.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Aspen Maxi Orange.	Unidade	5	750,00
	55	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	15	30,00
	56	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	35	30,00
10	64	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 31.000 a 36.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: tipo alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 36000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.	Unidade	3	14.500,00
	65	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 31.000 a 36.000 BTU/h. com isolamento térmico.	Metro	30	150,00
	66	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.200,00
	67	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 31.000 a 36.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	3	1.700,00
	68	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00
11	69	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	30	30,00
	70	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassete, <i>inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 45.000 a 48.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; sistema de distribuição para 4 lados e ambiente adjacente; tensão de operação: 220V bifásico, 60 Hz; Compressor: alternativo, rotativo ou superior, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A ou B. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 48000 BTUS Cassete Inverter 220v Frio.	Unidade	3	17.000,00
	71	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 45.000 a 48.000 BTU/h, com isolamento térmico.	Metro	30	170,00



72	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassette, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	3	1.150,00
73	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , cassette, <i>inverter</i> , função refrigeração, com capacidade de 45.000 a 48.000 BTU/h, 220V, nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas de Interior do Estado.	Serviço	2	1.650,00
74	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00
75	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	12	30,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/PGJ/2022 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/PGJ/2021 - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.614 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2022 (PÁGINAS 39 A 40).  
REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

Processo: PGJ/10/2207/2021

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **A2GB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **André Luiz Pereira Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 36/PGJ/2021.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado – tipo ‘Split’ (inverter e convencional), bombas para remoção de condensado, serviços de instalação e execução de tubulação com a finalidade de atender ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	15	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 18.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVC18B21B.	Unidade	40	3.700,00
	16	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 18.000 Btu's com isolamento térmico.	Metro	250	55,00
	17	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	35	400,00
	18	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 18.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	20	700,00



	19	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Mini Orange.	Unidade	25	550,00
	20	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	21	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	200	18,00
4	22	Aparelho condicionador de ar, tipo <i>split hi-wall inverter</i> , composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 24.000 BTU/h; comando remoto sem fio com <i>display</i> de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou <i>scroll</i> , gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca: Elgin 45HVFC24B2IC.	Unidade	30	4.900,00
	23	Tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo <i>SPLIT</i> 24.000 Btu's. com isolamento térmico.	Metro	200	55,00
	24	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas na Comarca de Campo Grande/MS.	Serviço	30	400,00
	25	Serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo <i>split</i> , função refrigeração, com capacidade de 24.000 Btu's, 220 V nas Promotorias de Justiça situadas nas Comarcas do Interior do Estado.	Serviço	15	700,00
	26	Bomba para remoção de condensado, alimentação 220V/230V, consumo aproximado 20W, frequência 50/60 Hz; vazão de 12 l/h (nível 0); desnível máximo de sucção 1m; possibilidade de instalação da bomba a uma altura de até 8m do condicionador; para utilização em condicionadores de ar de até 30.000 BTU'S. Equipamento deverá oferecer a possibilidade de instalação atrás da unidade evaporadora, sobre o forro ou canaleta. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Obs.: A instalação e os materiais necessários são de responsabilidade da contratada. Marca: Elgin/Mini Orange.	Unidade	20	500,00
	27	Execução de tubulação de PVC 3/4" aparente com todos os acessórios (abraçadeiras metálicas, joelhos, luvas, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	100	18,00
	28	Execução de tubulação de PVC 3/4" isolado termicamente, instalado sobre o forro, fixado em laje com tirante roscado, com todos os acessórios (tubo esponjoso, joelhos, luvas, tirantes roscados, buchas e parafusos) inclusos.	Metro	250	18,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 18 de fevereiro de 2022.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CORUMBÁ****EDITAL 0013/2022/05PJ/CBA****Autos de Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil nº 09.2022.00004786-7**

A 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Corumbá/MS, de Proteção do Patrimônio Público e Social, Defesa do Consumidor, Curadoria dos Registros Públicos e Fundações, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de outras atividades não sujeitas a inquérito civil 09.2022.00004786-7, que se encontra à disposição na Rua América, 1880, Centro, Prédio do Ministério Público Estadual, em Corumbá/MS. O referido procedimento é digital e poderá ser acessado integralmente via internet no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Saturnino de Almeida

Assunto: Apurar o óbito de Saturnino de Almeida e levantar dados relativos a eventuais herdeiros e bens a fim de viabilizar a sucessão processual da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 0805043-94.2013.8.12.0008.

Corumbá/MS, 19 de maio de 2022.

LUCIANO BORDIGNON CONTE

Promotor de Justiça

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****AMAMBAI****EDITAL Nº 0006/2022/02PJ/AMB**

A 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, assinado em 10/05/2022, entre o Ministério Público Estadual, por meio e sua 2ª Promotoria de Justiça de Amambai e o senhor José Eduardo da Silva, proprietário do imóvel denominado Fazenda Mundo Novo, referente à regularização da situação jurídico-ambiental da propriedade, no bojo do Inquérito Civil:06.2020.00001297-0, a disposição para consulta na Avenida Pedro Manvailler, 4601, Centro, Cep 79990-000, Amambai (MS) e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Amambai (MS), 20 de maio de 2022.

MICHEL MAESANO MANCUELHO

Promotor de Justiça

**TÍTULO I - PARTES**

**COMPROMITENTE:** O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

**COMPROMISSÁRIO(s):**

JOSÉ EDUARDO DA SILVA, brasileiro, comerciante, CI-RG 72.630/SSP/MT e CPF 100.487.589-49, com endereço na Avenida Adjalmo Saldanha, n. 892, em Mundo Novo (MS), doravante denominado *COMPROMISSÁRIO*;

**TÍTULO II - DESCRIÇÃO DO(S) EMPREENDIMENTO(S)**

**EMPREENDIMENTO E ATIVIDADE:** Regularização jurídico-ambiental da propriedade detentora das matrículas n. 7.888 (R-9-7), 8.075 (R-8), 4.561 (R-7), 11.667 (R-3), 11.760 (R-3), registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Amambai (MS), denominada Fazenda Mundo Novo, de responsabilidade do compromissário.

**TÍTULO III - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL**

O(s) COMPROMISSÁRIO(s) reconhece(m) que, em relação ao(s) imóvel(is) descrito(s) no Título II deste Termo, deve haver cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes e das normas técnicas e legais.

---

**DEODÁPOLIS**

---

**REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO**

**EDITAL Nº 0016/2022/PJ/DPS.**

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2021.00001471-7.**

**ONDE CONSTAR:**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2021.00001471-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: SANDRA MÔNICA BORGES DE SOUZA.

Interessado: CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Deodápolis.

Objeto: apurar a legalidade do ato administrativo de convocação dos Conselheiros Tutelares Suplentes do Município de Deodápolis/MS, pelo CMDCA.

**PASSE A CONSTAR:**

O MINISTÉRIO PÚBLICO, por intermédio da Promotoria de Justiça de Deodápolis/MS, torna pública a instauração do(a) Inquérito Civil nº 06.2021.00001471-7, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Av. Francisco Alves da Silva, nº 103, Edifício do Fórum, sede da Promotoria de Justiça.

Os autos estão registrados no sistema informatizado SAJ/MP e podem ser acessados na íntegra pela *Internet*, através do endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Noticiante: SANDRA MÔNICA BORGES DE SOUZA.

Interessado: CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Deodápolis.

Objeto: apurar eventual inobservância, por parte do CMDCA local, da Lei Municipal nº 718, de 11 de dezembro de 2019, com relação à convocação de suplente de conselheiro tutelar para cobrir férias e licenças de conselheiros titulares..

Deodápolis/MS, 10 de maio de 2022.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS,  
Promotor de Justiça.



---

**MIRANDA**

---

**EDITAL N° 002/2022**

Extrato de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta nos autos do Inquérito Civil nº 06.2021.00000485-2, firmado em prol do meio ambiente, na data de 29.04.2022, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua General Amaro Bittencourt, n. 935, Centro, nesta cidade, tendo como compromissário Agropecuária Madre de Dios Ltda, CNPJ n.02.213.649/0001-72, com sede na Fazenda San Raphael, Estrada da Usina, s/n, km 1, Zona Rural, em Maracaju-MS.

Objeto do TAC: O compromissário compromete-se a apresentar ao IMASUL um PRADA – Plano de Recuperação de Área Degradada e Alterada; isolar das áreas objeto do Auto de Infração nº KRPK9829, mediante instalação de cerca, isolar a área de Mata Atlântica suprimida sem licença ambiental a partir de 26 de setembro de 1990 e indenização ambiental em favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente de Miranda e Bodoquena.

Miranda/MS, 23 de maio de 2022.

CÍNTIA GISELLE GONÇALVES LATORRACA  
Promotora de Justiça

---

**RIO NEGRO**

---

**EDITAL N.º 0012/2022/PJ/RNG**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo para acompanhar o cumprimento referente ao Termo de Ajustamento de Conduta - TAC assinado no Inquérito Civil n.º 06.2021.00001091-0 que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:  
<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo: 09.2022.00004260-6

Requerente: Ministério Público de Mato Grosso do Sul

Requerido: Valdir Rosa da Silva

Assunto: Apurar suposto desmatamento de 11 hectares na propriedade rural denominada Fazenda Ponte Nova, de propriedade de Valdir Rosa da Silva.

Rio Negro, 23 de maio de 2022

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA  
Promotora de Justiça



---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**DOIS IRMÃOS DO BURITI**

---

**EDITAL 0003/2022/PJ/DIB****Autos de Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00004689-0**

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições nº 09.2022.00004689-0, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: A Apurar

Assunto: Acompanhar as visitas técnicas à Delegacia de Polícia de Dois Irmãos do Buriti-MS a serem realizadas no ano de 2022.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 17 de maio de 2022.

MARCOS MARTINS DE BRITO

Promotor de Justiça em substituição legal